



QUESTÃO AGRÁRIA E O PODER HEGEMÔNICO DO AGRONEGÓCIO

Aline Ogliari¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo tem como objetivo debater algumas dimensões do modelo de agricultura capitalista que se convencionou chamar de agronegócio. O desenvolvimento do artigo está organizado em três sessões: um resgate de elementos históricos da questão agrária brasileira e a constituição do agronegócio enquanto modelo hegemônico no campo; apresentação e análise de dados da histórica concentração de terra e seu reflexo no poder político, estatal e econômico; e a dimensão ideológica do agronegócio, ao sinalizar aspectos centrais, considerando suas bases materiais e simbólicas. A abordagem é de caráter exploratório e de tipo bibliográfica, fundamentada pela Teoria Crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária; Agronegócio; ideologia.

1. INTRODUÇÃO

A fome, assim como a concentração de terra e o latifúndio monocultor e agroexportador, são problemas históricos e estruturais da realidade brasileira, e suas permanências são opções políticas. A agricultura capitalista, alavancada pela Revolução Verde no contexto pós-Guerra, não responde às necessidades da alimentação humana. Na era de globalização neoliberal e de capital financeiro, o setor agrícola, além das grandes corporações, que são verdadeiros impérios alimentares, tecnológicos e financeiros, conta com uma máquina ideológica muito articulada.

Tal modelo de agricultura fala muito mais sobre economia e mercado internacional, do que sobre a produção de comida. Enquanto o agronegócio comemorava recordes de safras, os índices de fome no Brasil dobravam entre 2013 e 2020, com atenção especial para o campo onde, paradoxalmente, a fome é muito maior que na cidade. Josué de Castro (1968) sinalizava isso já nas décadas de 1940-1950, quando dizia que a fome é política e que a sua causa atendia pelo nome de latifúndio. Esse grande intelectual brasileiro entendeu e defendeu a necessidade de uma ruptura com a política colonial para que a população trabalhadora das regiões colonizadas se libertasse, de fato, também da escravidão da fome. Ele denunciou a

¹ Assistente social, assessora para as áreas de atuação de Segurança Alimentar e Nutricional e de Migração, Refúgio e Apátridas na Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS-UFSC), e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). alineogliari@ufsc.br.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

exploração latifundiária como um grande esteio do colonialismo, e defendeu a reforma agrária e a agricultura de sustentação como saídas possíveis.

Nas contradições estruturais do modo de produção capitalista e como resultado dialético da própria luta de classes, experiências contestatórias sempre existiram e se estabeleceram como resistências contra hegemônicas. Porém, para construir alternativas viáveis à superação do agronegócio, é fundamental empreender uma pesquisa sobre algumas dimensões que o sustentam. Dessa forma, é ele o objeto da análise realizada neste artigo, cujo objetivo é o de debater aspectos do poder político, econômico, estatal e ideológico do agronegócio como modelo hegemônico no campo. Nos limites metodológicos e da finalidade da pesquisa realizada aqui, a abordagem é de caráter exploratório, de tipo bibliográfica, e fundamentada a partir da Teoria Crítica.

O artigo está organizado em três perspectivas. A primeira resgata elementos históricos da origem da questão agrária brasileira e a constituição do agronegócio enquanto modelo hegemônico no campo, baseado no latifúndio, na monocultura e na produção para exportação. A segunda apresenta e analisa dados da histórica concentração de terra e seu reflexo no monopólio do poder político, estatal e econômico, e os atualiza no contexto histórico atual. Por fim, a terceira perspectiva, adentra no 'universo ideológico' do agronegócio, considerando as bases materiais e simbólicas na sua produção e reprodução cultural, e sinaliza elementos de como se engendra sua capilaridade nas camadas populares, inclusive em setores 'tradicionais'.

Apesar dos elementos históricos que conservam a estrutura agrária brasileira de forma geral, e que são chaves centrais para explicar a própria manutenção da questão agrária e seus efeitos no todo de uma sociedade forjada sob o capitalismo dependente, o artigo se debruça com maior atenção aos aspectos políticos, econômicos, culturais e ideológicos da manutenção do poder hegemônico do agronegócio a partir da Revolução Verde. Ao apontar esses aspectos, abre-se possibilidades para uma investigação mais detalhada sobre seus significados e que identifique as brechas para a construção e fortalecimento de alternativas contra hegemônicas, como a agroecologia, e na estruturação de sistemas agroalimentares sustentáveis, equilibrados, justos e culturalmente adaptados.

Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, e tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Os debates entorno da questão agrária consideram que a realidade agrária abarca a questão da posse, da propriedade e da utilização das terras. Porém, sua complexidade se acentua quando são considerados os impactos sociais que a concentração fundiária tem no desenvolvimento das forças produtivas das sociedades e quais suas as influências sobre o poder político estabelecido. Dessa forma, a história e a constituição da questão agrária devem ser entendidas como o “[...] conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo” (Linhares; Silva, 2021, p. 32), e como resultado da formação sócio-histórica latino-americana e brasileira em suas particularidades.

A sesmaria e o engenho, as duas instituições pilares da sociedade colonial, se tornaram a base para a política econômica colonial e se converteram em unidade produtora. Já a *plantation*, que Gorender (2016) traduz como plantagem, foi uma opção política das classes dominantes e tinha como elementos centrais a escravidão, a monocultura e o latifúndio. O escravismo colonial, cuja gênese está na relação dialética entre as forças produtivas e a relação de produção adotadas pela plantagem, foi o modo de produção dominante base naquela sociedade colonial. Com a Lei de Terras, em 1850, a terra passou a ser propriedade privada, e o Estado passou a vender terras públicas e legitimar a concentração fundiária. Os dispositivos legais da nova lei garantiram a consolidação da distribuição da propriedade fundiária para a elite agrário-escravocrata, “[...] vedaram aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente” (Gorender, p. 421), mantendo as terras nas mãos dos senhores sesmeiros.

Após a abolição formal da escravatura, em 1888, o sistema agrário brasileiro se consolidou com o latifúndio monocultor, uma elite agrária-urbana-industrial poderosa, o aprofundamento brutal da exploração e empobrecimento da classe trabalhadora, e o desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial dependente.

Com o desenvolvimento da grande indústria europeia e de sua burguesia, os países industrializados necessitavam da oferta e da grande disponibilidade de bens primários e produtos agrícolas para baratear os salários pagos à classe trabalhadora que também se formava, o que aumentaria a taxa de mais valia e de a taxa de lucro. Os países latinos recém independentes vão se inserir no mercado mundial com a

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

construção de relações comerciais diretas com os países europeus, principalmente a Inglaterra, e a dinâmica comercial estabelecida será em produzir e ofertar matéria prima e produtos agrícolas, e consumir suas manufaturas e bens industrializados produzidos em larga escala. Assim surge a divisão internacional do trabalho e, a partir dela, se confirma a dependência e a subordinação das nações latinas (Marini, 2005).

A estrutura agrária tem um aspecto central aqui, e Fernandes (1972) descreve a formação do capitalismo agrário em três aspectos. O primeiro considera a formação do capitalismo industrial no contexto de dependência e colonialismo, o que vai gerar uma reprodução intensa de um colonialismo interno, o que reduz o capitalismo agrário a um subcapitalismo, tido como a razão do atraso do desenvolvimento do país. Porém, os agentes econômicos privilegiados, sejam urbanos ou rurais, entendem a empresa agrária apenas em termos mercantis, e possuem interesses econômicos convergentes, pois há uma identificação direta e consciência de pertencimento à classe dominante. O segundo aspecto se refere o papel que o capitalismo agrário cumpre na estratificação social do espaço rural e na formação da sociedade de classes como um todo, com o predomínio da economia urbana sobre o campo ao mesmo tempo que existe um predomínio dos interesses econômicos, sociais e políticos da aristocracia agrária. O terceiro e último aspecto é sobre causas e os efeitos da resistência sociopática das elites em relação à mudança social. O autor aborda o mais grave dilema social brasileiro ao manter e aprofundar essa estratificação social. As populações rurais despossuídas e pobres são impactadas de forma perversa no desenvolvimento capitalista, com permanente exclusão e marginalização social. Os setores privilegiados e/ou os participantes na apropriação das riquezas no meio rural, criam estratégias para proteger seus interesses socioeconômicos, culturais e políticos, e para impedir quaisquer mudanças sociais e que os despossuídos possam melhorar suas condições de participação social.

São os movimentos colocados por esses três aspectos da formação do capitalismo agrário brasileiro que constituem o seu dilema rural – e que estão também na centralidade complexa da questão agrária brasileira. Qualquer movimento de transformação no espaço agrário brasileiro, mesmo dentro da ordem capitalista, é barrado pelos interesses das elites agrárias na manutenção de seus privilégios, elas que lideram o combate a qualquer mudança que possa alterar a situação ou ameaçar os seus poderes políticos e econômicos de decisão e dominação (Fernandes, 1972).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A reprodução dessa estrutura agrária latifundiária, monocultora e agroexportadora no Brasil, se confirma com o tempo. Ela é uma das correspondentes diretas do agronegócio e de toda a sua estrutura de poder e dominação, tal qual como o conhecemos: predatório, parasitário e deficitário com os interesses e necessidades nacionais, embora se sustente com uma propaganda retórica que insiste no contrário.

3 A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E O MONOPÓLIO DO PODER POLÍTICO, ESTATAL E ECONÔMICO

As características da formação social brasileira descritas anteriormente são marcadas de forma determinante pela existência e reprodução da questão agrária. A agricultura se molda a partir do capitalismo agrário, em nítida organização empresarial e industrial, e reproduz a lógica do capitalismo mundializado e imperialista. O mesmo acontece com a questão social, por exemplo, produzida automaticamente e determinada pela exploração como traço peculiar da contradição entre capital e trabalho, e que, na sua dinâmica, produz diferentes formas de manifestação por meio de suas expressões. Considerando as inúmeras e multifacetadas expressões da questão social decorrentes da formação social e econômica do Brasil, sublinha-se ainda mais a complexidade posta para a resolução da questão agrária no país.

As expressões da questão social e as relações sociais decorrentes da concentração fundiária ressaltam duas perspectivas interligadas: terra e trabalho.

Devemos ter em mente que a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (Linhares; Silva, 2021, p. 88).

Diante da estruturação agrária no Brasil e do que significa a concentração de terra, se constata que ‘terra é poder’, onde o monopólio da terra tem a sua correspondência no monopólio do poder político e econômico. O coronelismo reproduziu-se na política, marcou as bases ideológicas da cultura política brasileira, e constituiu “[...] a base de um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático (malgrado estar recoberto por um verniz benevolente e benfeitor, o paternalismo)” (Linhares; Silva, 2021, p. 91). A essência do regime oligárquico se dá na constituição

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

de uma estrutura política-institucional de poder e prestígio baseada na concentração da terra, que se estabelece por uma gradação de acordos e alianças, do coronel local ao chefe do poder executivo, passando pelo legislativo e judiciário. Como forma de ilustrar essa permanência histórica, alguns dados podem ajudar.

Linhares e Silva (2021) descrevem a estrutura fundiária da década de 1960. Na época, a área agrícola brasileira ocupava 31% do território nacional, com 3,350 milhões de propriedades agrícolas. A distribuição média de terras e a organização do trabalho no campo estavam em: (a) pequenas propriedades: dos minifúndios, de até 10 hectares (ha), aos de 10 a 100 ha, correspondiam a 44,6% dos estabelecimentos, com 44,7% da área cultivada; (b) médias propriedades: de 100 a 1.000 ha, eram 9,5% das propriedades, com 32% da área agrícola cadastrada; (c) grandes propriedades: os latifúndios, com mais de 1.000 ha, representavam 0,9% das propriedades, detinham 47,3% do total da área agrícola.

O último Censo Agropecuário no Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, confirma a inalteração dessa estrutura fundiária. Em 2017, a área agrícola ocupava a 41,1% de todo o território nacional. Desses, apenas 2,27% correspondiam às áreas agrícolas utilizadas por 50,13% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares; enquanto 47,6% eram ocupadas por 1% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. O Censo de 2017 informa ainda que a agricultura familiar empregava 67% da mão de obra no campo, (correspondente a mais de 10 milhões de pessoas), bem como detinha uma produção diversificada, voltada basicamente para abastecimento interno.

Na correspondência do monopólio da terra com o monopólio político e econômico, com seu poder sobre o Estado, podem ser destacados dois exemplos recentes. No poder legislativo, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tem como objetivo “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional” e que em suas prioridades atuais estão a “modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, sem data, *online*). Uma lista atualizada em julho de 2023, sinaliza que os/as parlamentares que compõem a bancada da FPA somam 324 deputados/as federais e 50 senadores/as, 374 ao todo. Isso significa um poder do agronegócio sobre 63% do parlamento brasileiro.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A FPA é uma das bancadas mais influentes e articuladas do Congresso Nacional, por suposto, para a garantia da propriedade privada da terra e demais interesses. A ‘modernização’ das legislações citadas significa uma maior flexibilização de direitos de trabalhadores/as rurais, regulação e legitimação da posse de terras griladas e improdutivas, o avanço sobre terras públicas e territórios tradicionais (por isso do interesse na regulamentação das terras indígenas e quilombolas, desde que beneficie o agronegócio). Na legislação tributária, significa isenção de impostos sobre insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinários pesados, maior parte importados) e para produtos primários de exportação.

Já no poder executivo, o Plano Safra é uma materialização nítida da influência do mercado e do agronegócio sobre os governos, porque se refere exatamente aos recursos públicos destinados ao setor agrícola. O Plano Safra, previsão orçamentária anual para financiar contratos de Crédito Rural, contempla linhas de crédito por categorias: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para os pequenos produtores familiares; o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), para os médios; e as ‘Demais’ categorias, onde se encontram, principalmente, os grandes latifundiários do agronegócio. No Plano Safra de 2024/2025, lançado em julho de 2024, foram anunciados mais de R\$ 476,59 bilhões para esses financiamentos. Desse montante, R\$ 400,59 bi são destinados para a chamada agricultura empresarial (R\$ 65,23 bi para o PRONAMP, e R\$ 335,36 bi para as ‘demais’ categorias), o que corresponde a pouco mais de 84% do recurso total (13,7% e 70,4%, respectivamente). À agricultura familiar, com o PRONAF, resta o acesso a apenas R\$ 76 bi, ou os restantes 15,9% do total.

Apesar de tamanho poder, é ilusório supor que o setor do agronegócio gera mais riqueza para o país. Uma pesquisa feita por Mitideiro Jr. e Goldfarb (2021) aponta que, dentre outros aspectos econômicos, o ‘Agro’ contribuiu com apenas 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 2010 e 2018, e para sustentar o discurso de que ele é ‘tudo’, “[...] inventaram o ‘Produto Interno Bruto do Agronegócio’. Segundo esse cálculo, o Agro seria responsável por mais de um quarto do PIB nacional, sendo que, em 2019, totalizou 20,5% e, em 2020, alcançou 26,6% do PIB” (p. 12).

O perfil exportador do agronegócio coloca o Brasil dentre os maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas e de bens primários do mundo (e importadores de produtos manufaturados e industrializados, inclusive de tecnologia).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Aqui, as vitórias do Agro vêm levando o Brasil a inserir-se de forma regressiva na economia mundial, reprimarizando sua economia e criando uma enorme dependência industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos. [...] o agronegócio possui pouquíssima tecnologia nacional (não é tech), que não gera emprego e renda para a população (não é pop) e está longe de ser tudo (Mitideiro Jr.; Goldfarb, 2021, p. 5 – grifo dos autores).

Para os autores, a reprimarização e a desindustrialização da economia nacional tem desnudado o aumento da dependência brasileira sobre a produção e comercialização de algumas poucas variedades de produtos e matérias primas de baixo valor; e da dependência da produção industrial e tecnológica de outros países, para que sejam atendidas as demandas internas por produtos manufaturados. Isso significa fechamento de indústrias, diminuição da produção interna de bens manufaturados e industrializados, aumento de suas importações e da dependência externa, desemprego em massa e pauperização das condições de trabalho e da vida.

4 O UNIVERSO IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO

A ideologia representa um importante instrumento de dominação das classes subalternas pela classe dominante, e é um reflexo do processo de constituição do ser social em diferentes momentos históricos. Para Marx e Engels (2007), a concepção de ideologia está na perspectiva da mistificação da própria realidade, distorcendo o que ela é de fato, e necessita de uma base material para sua existência. Exatamente por mistificar e mascarar a realidade, é que a ideologia se constitui como uma expressão da consciência estranhada/alienada, que obscurece, inverte, encobre, neutraliza e justifica os interesses particulares da classe dominante de determinada época, e os apresenta como sendo universais.

Terra, trabalho, propriedade privada e mercadoria são bases materiais e categorias centrais na reprodução do modo de produção capitalista enquanto modelo econômico, com seus rebatimentos políticos, sociais, culturais e ideológicos. Nos interesses econômicos da elite agrária, também o agronegócio se produz, se reproduz e sustenta sua hegemonia nas esferas da estrutura e da superestrutura do capital, e constrói um falso consenso de que ele é para todos e de que o seu sucesso só traz benefícios para toda a sociedade – discurso falacioso, como já comentado.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Com a reordenação geopolítica após a II Grande Guerra e o desenrolar da Guerra Fria, surgiram correntes teóricas e ideológicas chamadas desenvolvimentistas, voltadas à periferia global, especialmente à América Latina. Em suas perspectivas, os problemas históricos que afetavam e caracterizavam a formação social latino-americana se davam pelo fato de o capitalismo não ser suficientemente desenvolvido e que, portanto, bastava o promover. Sob comando do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, foram lançados planos, programas, projetos, metodologias, financiamentos, capacitações com essa finalidade.

Nessa promessa do 'desenvolvimento', se difunde a propaganda de modernizar o campo, de produzir toneladas de alimentos e resolver o problema da fome. O mito de tornar a região o 'celeiro do mundo' se populariza e estabelece um imaginário social positivo frente à perversidade famélica e miserável que os países latinos se encontravam. Essa modernização tem na 'Revolução Verde' um projeto político de dominação e de hegemonia do *agribusiness* como modelo produtivo capitalista no campo (traduzido para 'agronegócio' na década de 1990, e hoje chamado apenas de 'agro', uma estratégia de marketing para se tornar popular). Conjunturalmente, foi um embate ideológico à 'Revolução Vermelha' comunista, no sentido de frear os crescentes levantes populares nos países latinos, que reivindicavam condições dignas de vida. No Brasil, ela se consolida com a Ditadura civil-militar, de 1964 (Chã, 2018).

O uso de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, sementes híbridas e transgênicas, maquinário pesado para plantio e colheita, entre outros, faziam parte do seu pacote tecnológico. Segundo Chã (2018), os programas da Revolução Verde, sustentados pelo Banco Mundial e pelo FMI, passaram a financiar pesquisas científicas e de extensão rural, a condicionar a concessão de créditos de bancos à produção agrícola somente com a aquisição dos itens do seu pacote tecnológico, e a pautar a política agrícola de muitos países, submetendo mais intensivamente os governos aos interesses do capitalismo internacional por meio das grandes corporações.

Enquanto modernizou as grandes fazendas monocultoras e de exportação, avançou sobre as pequenas propriedades rurais e intensificou a questão agrária. Além dos impactos ambientais e políticos que se acentuaram, se observou efeitos deletérios nas relações sociais e culturais identitárias estabelecidas em determinados territórios, inclusive com rompimento dos vínculos e dos tecidos comunitários. Houve uma progressiva perda de autonomia das famílias camponesas sobre suas propriedades e

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

seus modos de trabalho, com um crescente endividamento das famílias junto aos bancos; venda e/ou arrendamento das próprias terras, acompanhado do empobrecimento e esvaziamento do campo (liberação de trabalhadores livres para a indústria e aumento da concentração de terra); e a perda de saberes populares e ancestrais com a homogeneização do conhecimento a partir da lógica hegemônica.

Foi uma nova fase da acumulação do capital, com saqueio, violência e expropriação, como a própria constituição da questão agrária, mas com recursos mais 'sofisticados', por assim dizer. Marx (2023) fala que na história da acumulação primitiva, foi fundamental o despojo súbito e violento de grandes contingentes populacionais de seus meios de subsistências, jogando-os ao mercado de trabalho como trabalhadores livres. "A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o seu processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas" (p. 787).

Do ponto de vista da instituição ideológica hegemônica, aqui com um recorte histórico mais recente, Chã (2018) constata a "[...] dinâmica de territorialização da Indústria Cultural pelos espaços de atuação do agronegócio", e destaca a "educação, a representação estética e o discurso do agronegócio na mídia e na ficção, e também a publicidade e o marketing cultural" (p. 49 – grifo da autora). É a construção da imagem de um mundo e de um ideal de vida a ser desejado e consumido, a integração por meio consumo, e onde arte e cultura desempenham um papel estratégico na construção de um imaginário coletivo favorável e apoiador ao agronegócio, com a naturalização das relações de dominação e abrandamento das lutas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os conflitos de interesses postos na correlação de forças e na luta de classes no campo, a Questão Agrária surge como um processo longo na

[...] busca de mais igualdade e liberdade. Num país dominado pelo latifúndio, com um profundo desprezo votado por suas elites aos homens humildes, tal busca será necessariamente difícil e, muitas vezes, violenta. [...] a construção do Brasil como nação democrática e republicana, com a superação de uma imensa dívida social, deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra (Linhares; Silva, 2021, p. 32).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A formação do capitalismo agrário brasileiro tem como marcas a violência, o saqueio, a expulsão de povos originários de seus territórios, a superexploração e sujeição ao trabalho escravo pelo escravismo colonial, a concentração de terra, a produção de monocultivos voltados para a exportação, além do apagamento de identidades e culturas tradicionais. Essas marcas, incorporadas culturalmente na sociedade brasileira, são impressas, atualizadas e ressignificadas no tempo pela própria exploração latifundiária, uma das grandes bases do colonialismo.

A imposição do agronegócio a todo o espaço rural não se deu apenas de forma coercitiva e condicionante do capitalismo financeiro (a exemplo do método impositivo adotado pelos bancos no curso da Revolução Verde), tampouco se 'normalizou' na sociedade de forma ocasional e despretensiosa. Como o próprio modo de produção capitalista, o agronegócio tem seus correspondentes na constituição de sua hegemonia pela política e pela captura do Estado nos seus poderes, mas também pela construção cultural e pela ideologia. Aqui, se utiliza de recursos da indústria cultural, do sistema educacional, da mídia, do marketing e da publicidade para se construir em uma face popular, tecnológica e universal, a partir de uma falsa noção de integração social por meio do consumo de seus produtos e de pertencimento a um mundo e a um modo de vida idealizado e ordenado.

Nesse sentido, abre-se uma série de categorias teóricas e de possibilidades investigativas a serem aprofundadas em diversas outras pesquisas. A agroecologia, citada na introdução como um exemplo de experiência contestatória produzida pelo campesinato, ou seja, um produto da luta de classes no campo e da própria questão agrária, aqui se torna novamente um exemplo, agora para tais pesquisas. Como dito, ao mesmo tempo em que é produto, dialeticamente ela é produtora de alternativas contra hegemônicas que se colocam no enfrentamento para superação do agronegócio e do modo de produção capitalista. Tais alternativas precisam ser capazes de representar, de fato, a superação das bases materiais que sustentam as classes dominantes e sua ideologia, e, por isso, também colocar ao horizonte do imaginário comum e da construção cotidiana, outras sociabilidades possíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lula lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para médios e grandes produtores rurais. Brasília: Agência Gov/Via Secom-PR. 03 de julho de

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/lula-lanca-plano-safr-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-medios-e-grandes-produtores-rurais>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2º v., 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e a indústria cultural** – estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs.). **Vida rural e mudança social** (leituras básicas de sociologia rural). São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972, p. 131-150.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed., São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017** – resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

_____. **Censo Agrícola de 1960**. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Nacional. v. II. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_p2_br.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história da Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política: o processo de acumulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

